

## Juventude(s), modos de subjetivação e violência

um diálogo com aportes de Michel Foucault

Beatriz Akemi Takeiti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TAKEITI, BA. Juventude(s), modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michel Foucault. In: SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. *Psicologia social e personalidade* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, pp. 59-75. ISBN: 978-85-7982-057-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Juventude(s), modos de subjetivação e violência: Um diálogo com aportes de Michel Foucault

*Beatriz Akemi Takeiti*<sup>1</sup>

### Uma construção pelas bordas: introduzindo o tema juventude(s)<sup>2</sup> e a noção de sujeito/pessoa

Um dos problemas que continua a desafiar as políticas de desenvolvimento social no Brasil certamente é a questão da juventude pobre<sup>3</sup> e o enfrentamento de questões relativas ao trabalho, à escolarização e à violência, centrais à ampliação da sua cidadania.

---

<sup>1</sup> Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Utilizamos juventude no plural para sinalizar as diversas formas de concebê-la no contemporâneo. Destaca-se aqui a diversidade que caracteriza a juventude e a importância de pensá-la histórica e socialmente inserida.

<sup>3</sup> A pobreza, segundo órgãos oficiais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) deve ser medida a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), compreendido a partir do desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O cálculo deverá ser realizado conforme os seguintes fatores: nível educacional (anos médios de estudo), expectativa de vida da população e renda nacional bruta (PIB). Seguindo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), de 2010, o Brasil aparece, atualmente, com Índice de Pobreza Multidimensional (saúde, educação e padrão de vida) na faixa de 0,039, semelhante patamar de países como a Turquia. Ainda, 8,5% da população vive em pobreza multidimensional, e 13,1% está em risco de entrar nessa condição. O país registra também 20,2% dos habitantes com ao menos uma grave privação em educação, 5,2% em saúde e 2,8% em padrão de vida. De acordo com os critérios internacionais de pobreza, entre os que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia encontra-se 5,2% do total. Em relação à juventude, de um total de 1,2 bilhão de jovens no mundo, 200 milhões sobrevivem com menos de US\$ 1,00 *per capita* por dia e 88 milhões não têm emprego. Com referência aos jovens no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD) de 2007, a população juvenil comportava 49,8 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, correspondendo a 29,8% da população total. Destes jovens, 29,8% poderiam ser considerados pobres porque viviam em famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. Ainda em 2007, havia 4,8 milhões de jovens desempregados, representando 60,74% do total de desempregados no país e correspondente a uma taxa de

Pensar a(s) juventude(s) no contemporâneo é refletir sobre que sujeito estamos falando e queremos comunicar. Requer do pesquisador um adensamento de práticas e teorias que visem a dar conta de tornar visível o invisível.

Este ensaio pretende revelar a noção de sujeito presente na pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora, a partir das ferramentas conceituais de Michel Foucault. Como objeto-tema desta pesquisa, procuramos entender alguns vetores de subjetivação em jovens que vivenciam contextos de vulnerabilidade e de violência.

Para tanto, iniciamos a discussão buscando problematizar o binômio juventude-violência como um tensionamento atual, que produz sujeitos e modos de subjetivação. Em seguida, a partir da noção de sujeito em Foucault, apresentamos como este autor tem trabalhado com a ideia dos modos de subjetivação. Por fim, propomos pensar como a juventude, atravessada pelas máquinas sociais, dentre as quais a própria violência, tem produzido modos de subjetivação no contemporâneo.

### Problematizando o binômio juventude-violência

Estudos sobre a(s) juventude(s) na interface com a violência e a vulnerabilidade têm sido desenvolvidos há trinta anos no Brasil. Apesar do crescimento e da diversidade teórico-metodológica destas produções acadêmicas, alguns estudiosos têm alertado para aspectos recorrentes e problemáticos da mesma.

Uma primeira observação é a de que frequentemente focalizam a juventude a partir do ato infracional, de programas e ações para adolescentes pobres, das condições de vida e trabalho na rua e das medidas de abrigamento (Spósito, 2009) e geralmente utilizam a “vulnerabilidade e a exclusão” como categorias autoexplicativas. (2009, p.127). Tal direção de

---

desemprego três vezes maior que a dos adultos. Na faixa etária entre 15 e 24 anos, as mortes violentas apontaram, em 2007, o percentual alarmante de 67,7% (IBGE, 2008).

investigação se, de um lado, torna visíveis processos de vulnerabilização e estigmatização de setores da juventude, de outro lado, tem reificado a associação vulnerabilidade-violência-juventude. Ao fazer da violência a marca que evidencia o juvenil, fixa-se os jovens nos territórios da exclusão e da desordem, naturalizando tal associação.

Mais do que evidenciar a violência na vida de jovens pobres, é preciso problematizá-la política, ética e esteticamente na sociedade contemporânea para que seja possível compreender como eles são forjados e forjam outras formas de invenção e criação da própria vida; como são produzidos e produzem subjetividade a partir de agenciamentos e atravessamentos que podem ser tanto da ordem singular como coletiva.

Uma segunda observação é que tais estudos pouco consideram a compreensão dos modos de vida e das experiências de violência cotidianas que atravessam as juventudes. Esta tem sido uma direção mais recente (Minayo *et al.*, 1999; Abramovay *et al.*, 2004; Diógenes, 2008).

Em pesquisas realizadas, principalmente na última década (Galheigo & Takeiti, 2008; Takeiti, 2000; Takeiti, 2003), levantando a trajetória de adolescentes e jovens populares urbanos<sup>4</sup> sobre suas condições de vida, especialmente acerca de suas atividades ocupacionais e de lazer e as oportunidades e perspectivas de futuro, nos deparamos com jovens que, se não estavam precocemente inseridos na criminalidade urbana, viviam em contextos marcados por diversas formas de violência e violação de seus direitos. Diante de tais marcas que evidenciam o social, algumas questões ainda permanecem atuais.

Como os jovens experimentam distintas formas de violência no cotidiano? Como podem viver nestes contextos, sem que tais formas configurem seu principal território de existência? Ou, como jovens pobres forjam modos de subjetivação em contextos de violência?

---

<sup>4</sup> Outra forma de identificar os jovens com os quais pretendemos trabalhar é esta. O leitor poderá encontrar tanto o termo “jovens pobres” quanto “jovens populares urbanos” no decorrer deste texto.

Nossa indagação, portanto, quer pensar os efeitos da violência, seus efeitos de produção de subjetividade e menos os fatos violentos relacionados aos jovens (Serrano, 2005). Pois, refletir a partir dos efeitos e não das causas nos leva a um posicionamento ético-político que responde a outros modos de compreensão da violência, não a ressituação em polaridades como as daqueles que a cometem ou vivenciam, mas, tendo-a como pano de fundo, compreender a constituição de sujeitos jovens. Desta forma, entendemos ser importante identificar processos – no caso, modos de subjetivação – que *territorializam/reterritorializam* os jovens nos circuitos da vulnerabilidade e da exclusão.

Se, por um lado, o sujeito se constitui na relação de si consigo próprio e com o outro, em processos de reciprocidade e socialização, se criando e se reinventando constante e cotidianamente, a partir dos agenciamentos que produzem efeitos de subjetivação, como explicar, pela socialização e pelos processos de interação social, explosão de violências e conflitos?

Ao adentrarmos nas esferas conceituais da constituição da noção de pessoa/sujeito, poderemos ter pistas ou hipóteses que nos permitam problematizar os modos individualizantes e essencialistas de pensar a interface juventude-violência descolados dos agenciamentos e das redes que os produzem.

Este ensaio, portanto, pretende discutir as noções de pessoa/sujeito que possam apoiar uma perspectiva ético-política de abordagem dos modos de subjetivação em adolescentes e jovens populares urbanos, de forma que tais noções desconstruam a associação violência-juventude como potencialmente perigosa e naturalmente violenta, como uma resposta simplista às maneiras de ser, viver e resistir às vulnerabilidades que atravessam projetos de vida, sonhos e desejos juvenis (Ferrandiz & Feixa, 2005; Vicentin, 2005).

## Modos de subjetivação a partir da noção de sujeito em Michel Foucault

Subjetividade tem sido um termo bastante utilizado pelas Ciências Humanas e Sociais, particularmente pela Psicologia, para indicar a configuração psíquica do sujeito, a internalização do *eu* a partir dos processos sociais. Em nome de uma racionalidade científica e objetiva, estabeleceram-se certos binarismos quanto à produção de conhecimento em Psicologia – individual/social, objetividade/subjetividade, corpo/mente – em que conceitos como política e subjetividade conformaram territórios igualmente separados e antagônicos.

Superar estes binarismos que envolvem o conceito de subjetividade é ressitua-la ou reposicioná-la a partir de uma dimensão política compreendendo-a enquanto processo produzido por intensidades e afetações, que se realiza no entre com o outro e que se constitui em “um nó de múltiplas inscrições desejantes, históricas, políticas, econômicas, simbólicas, psíquicas, sexuais” (Fernández, 2006, p. 9). Pensar na dimensão política da subjetividade e na dimensão subjetiva da política é ainda, segundo a autora, habilitar ferramentas que deem conta destas intensidades para além da produção de sentido ou da representação de determinadas problemáticas.

Dada a complexidade nos modos de compreensão do termo subjetividade cuja noção é muito ampla, será preciso apontar algumas pistas conceituais para não correremos o risco de submetê-la a outros abismos epistemológicos. Há que problematizá-la nos seus tensionamentos, os quais são da ordem política, clínica, estética, ética.

A discussão em torno desta categoria como objeto de estudo na Psicologia ocorre a partir da década de 80, quando pesquisadores e profissionais destacam a noção indivíduo-sujeito-pessoa.<sup>5</sup> Tal deslocamento do campo teórico-prático para a noção de subjetividade como objeto da

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre a constituição histórica do termo subjetividade no âmbito da Psicologia, ver Bernardes (2007).

Psicologia ocorre em virtude da crise na Psicologia decorrente da diversidade de outras orientações com distintos objetos de estudo, os quais, até o momento apresentavam-se como um obstáculo à construção de uma ciência psicológica (Bernardes, 2007).

Michel Foucault (1926-1984) é um dos autores que tem possibilitado refletir a questão trazendo aportes originais.

Foucault (2004) se insere na tradição crítica kantiana a partir da qual realiza uma história crítica do pensamento. Mas, ao se interrogar sobre os modos de subjetivação do sujeito, não o faz por meio das condições formais nem tampouco destaca as condições empíricas que, num determinado momento da história, permitiram ao sujeito tomar ciência de um objeto já dado na realidade. Foucault analisa a constituição do sujeito a partir de certo tipo de conhecimento, ou seja, dos seus modos de subjetivação em um determinado tempo e lugar.

Longe de propor neste ensaio uma tentativa de buscar um eixo de convergência nos trabalhos de Foucault em torno da subjetivação, apresentaremos algumas noções e ferramentas que se mantêm presentes na sua produção e que podem servir para balizar as formas de produção de subjetividade de jovens pobres que, cotidianamente, vivenciam e experienciam diversas formas de violência.

É sob a perspectiva da constituição do sujeito, dos modos de objetivação e subjetivação e dos processos de estetização que este ensaio procurará compreender a noção de subjetividade concebida por Foucault, não como um conjunto conceitual de fenômenos que se assemelham ou se opõem, mas como práticas que se efetuem e se atualizam constantemente em um dado momento da história.

Segundo Castro (2009), a compreensão da problemática do sujeito nas obras de Foucault percorre uma abordagem histórica da questão da subjetividade. O sujeito não existe como um *a priori*, dado como uma substância ou essência do ser humano como na tradição cartesiana, mas é constituído na história e na cultura. Trata-se da “história da forma-sujeito”,

sendo a forma nem sempre idêntica a si mesma (Castro, 2009). Pensar a “história da forma-sujeito” em Foucault é refletir como, em diferentes momentos da história, os seres humanos se tornaram sujeitos de uma condição política, social e cultural.

Rose (2001a), partindo das noções foucaultianas, traz a ideia de pessoa como artefato histórico e cultural. Para este autor, falar do ser humano inserido na história não é fazer uma “história da pessoa”, mas “compreender as técnicas intelectuais e as práticas que têm constituído os instrumentos por meio dos quais o ser humano tem, historicamente, constituído a si próprio” (Rose, 2001a, p.35).

Rose (2001a) propõe uma genealogia da subjetivação como ferramenta do pensamento crítico, isto é, para designar como somos fabricados como sujeitos. Mais do que construir uma história da constituição de pessoa, para o autor (2001a) a genealogia da subjetivação parte das investigações sobre as práticas e as técnicas pelas quais as pessoas são compreendidas e pelas quais se age sobre ela.

Uma genealogia da subjetivação concentra-se nas práticas que localizam os seres humanos em regimes de pessoa – regimes que podem ser caracterizados como “particulares”. Ela não escreve uma história contínua do eu, mas análises que tentam dar conta da diversidade das linguagens de “pessoalidade” que têm se formado (caráter, personalidade, identidade, reputação, honra, cidadão, indivíduo, normal, lunático, paciente, cliente, marido, mãe, filha) bem como da variedade de normas, técnicas e relações de autoridade no interior das quais essas linguagens têm circulado nas práticas legais, domésticas e industriais para atuar sobre a conduta das pessoas (Rose, 2001a, p.36).

A constituição dos seres humanos em regimes de pessoa em nossa cultura passa, portanto, pelos modos de subjetivação/objetivação. Assim, Foucault distingue, em seus trabalhos, três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. O primeiro consiste nas formas de investigação que tenta aceder ao estatuto de ciência, como um sujeito falante, pulsátil e produtivo, apresentado na gramática geral, na Filosofia e na

Linguística. Num segundo momento, Foucault se preocupa com a objetivação do sujeito naquilo que ele denominou de “práticas divisoras” ou “discordantes” que dividem o sujeito no interior de si próprio e do outro para classificá-los e fazer dele um objeto. Aqui faz uma clara separação entre o sujeito louco ou enfermo e o sujeito saudável; entre sujeito criminoso e o sujeito considerado bom. Por fim, Foucault estuda as formas pelas quais um ser humano se constitui como sujeito de si e da consciência de si, escolhendo, por exemplo, o domínio da sexualidade (Foucault, 1982/2010).

É a partir da compreensão dos modos de *subjetivação* e de *objetivação* do sujeito na história que estes momentos, anteriormente referidos, podem ser demarcados como produção de conhecimento do sujeito em Foucault.

Dáí Fonseca (2007) nos alertar para a necessidade de distinguir essas duas expressões utilizadas por Foucault no conjunto de sua obra e que, por vezes, surgem como semelhantes, ora demarcam a diversidade ou, ainda, sugerem uma sobreposição. Para Foucault, os modos de subjetivação podem adquirir dois sentidos: primeiro, os modos de subjetivação constituem como modos de objetivação do sujeito, ou seja, “modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e poder” (Castro, 2009, p.408). E, num outro sentido, o autor define-os a partir da relação do sujeito consigo mesmo ou das atividades que incidem sobre si mesmo (Castro, 2009).

Segundo Veyne (2000), os modos de objetivação e subjetivação do sujeito são operados por dispositivos que constituem diversos objetos – a loucura, a carne, o sexo, as ciências físicas. Estes dispositivos fazem do “eu” de cada um o sujeito em particular ou uma pluralidade de diversos sujeitos em cada um de nós. Fonseca (2007) revela que:

[...] os processos de objetivação e de subjetivação a que Foucault se refere constituem procedimentos que concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo. Os primeiros a fazer parte dos estudos em que Foucault se dedica a mostrar as ‘práticas que dentro de nossa cultura tendem a fazer do homem

um objeto', ou seja, os estudos que mostram como, a partir dos mecanismos disciplinares, foi possível constituir o indivíduo moderno: um objeto dócil e útil. Os segundos, por sua vez, localizam-se no âmbito dos trabalhos em que Foucault procura compreender as práticas que, também dentro da nossa cultura, fazem do homem um sujeito, ou seja, aquelas que constituem o indivíduo moderno, sendo ele um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria (2007, p.25).

Segundo Fonseca (2007), Foucault justapõe os processos de objetivação e os de subjetivação do indivíduo bem como as estratégias e os mecanismos que compõem este processo que, no conjunto, explicam a constituição do sujeito.

No ensaio "O Sujeito e o Poder", Foucault (1982-2010) afirma que, mais do que o poder, interessa-nos pensar como o sujeito se constitui como objeto de conhecimento na história. A ênfase dada aos estudos acerca do poder considera os processos que incidem sobre o indivíduo, sejam os modos de objetivação que produzem objetos dóceis-úteis ou pelos processos de subjetivação que tome indivíduos para que se tornem sujeitos presos a uma identidade determinada. Buscando compreender um certo tipo de sujeito, Foucault recorre aos estudos do poder, não como formas de dominação ou submissão, mas a partir das relações de forças que atravessam sujeitos, discursos, saberes e práticas.

Fonseca (2007) observa que "Foucault desenvolve a ideia de relações de forças que induzem, produzem prazeres, produzem coisas, formam saberes e produzem discursos em detrimento da noção de poder como aparelho apenas que reprime" (2007, p.34). Assim, a diversidade nas formas como o poder acontece e se atualiza aplicam-se a toda a vida cotidiana do homem, categorizando-o, marcando-o com sua individualidade, singularizando-o, como uma lei de verdade, devendo se reconhecer e sendo reconhecido nele (Foucault, 1982).

O poder faz dos indivíduos, sujeitos, seja pelo controle e dependência, seja preso à própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Em ambos casos, podemos dizer que as formas de poder

tornam o sujeito dependente e subjogado a determinados tipos de pessoas e objetos (Foucault, 1982). Para Fonseca (2007):

O processo dessa subjetivação se origina do poder e do saber, e cria, uma vez constituída, uma dimensão da subjetividade que não depende deles. Mas, enquanto analisada do ponto de vista do processo de sua constituição, não se pode deixar de considerar as relações de poder tratadas por Foucault (2007, p.30).

Foucault (2004) afirma que o sujeito se constitui como objeto de conhecimento na relação entre os regimes de saber, de poder e de subjetividade, ou seja, a partir dos jogos de verdade estabelecidos em torno do objeto-sujeito, em que o conhecimento sobre determinado campo se dá através da construção de discursos, saberes, práticas e poderes (Foucault, 2004).

Ao estudar a arqueologia do saber, a genealogia do poder e as práticas de si é que Foucault passa a compreender o sujeito constituído histórica e culturalmente, ou seja, é a partir da constituição de saberes, discursos, ideias que o sujeito objetiva sua subjetivação. O que o autor propõe na história crítica do pensamento não é uma história das aquisições ou das ocultações da verdade, mas "a história da emergência dos jogos de verdade: é a história das 'veridicções', entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos" (Foucault, 2004, p.235).

Foucault (2004) não realiza uma arqueologia do saber sobre qualquer tipo de verdade, mas somente a partir daqueles em que o próprio sujeito é colocado como objeto de saber possível, tentando extrair os processos de objetivação e subjetivação que fazem dele, objeto de conhecimento.

Problematizar tais processos em Foucault nos remete a pensarmos como se dá a constituição do sujeito nos regimes de verdade próprios de cada período, ou seja, como a circunscrição das regras que definem a sociedade são experienciadas por cada indivíduo, em cada época e em determinado lugar (Nardi & Silva, 2009). É nessa inscrição histórica e cultural das práticas concretas que o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimento. Pois este é atravessado pelos regimes de poder, de saber e

pelos modos de subjetivação objetivados como processos próprios de uma experiência numa relação recíproca sujeito-objeto de conhecimento.

Se, por um lado, como já referido anteriormente, os modos de subjetivação compreendem a objetivação do sujeito em uma relação de conhecimento e poder e dele consigo mesmo, por outro lado, os processos de subjetivação também podem ser analisados à luz das formas de domínio, sujeição e assujeitamento que produzem submissão ou constituem práticas de liberdade. A esta última, Foucault denominou tecnologias do eu ou estetização.

Se a genealogia da subjetivação, como proposta por Rose (2001a), constitui aquela relação que estabelecemos com os nossos *eus* e ocorre a partir de uma configuração histórica, política e cultural, podemos e devemos dizer então que somos o que somos porque nos relacionamos consigo próprios e com os outros e somos governados por tecnologias criadas para moldar ou orientar nossas condutas nas direções desejadas. Para este autor,

as estratégias para a conduta da conduta operam a partir da tentativa de moldar as “tecnologias do eu”, compreendidos por Foucault como os mecanismos de auto-orientação ou as formas pelas quais os indivíduos vivenciam, compreendem, julgam e conduzem a si mesmos (Foucault 1986a, 1986b, 1988 *apud* Rose, 2001a, p.41).

Assim, pensar numa genealogia da subjetivação (Rose, 2001b) requer a compreensão dos agenciamentos que perpassam nossa vida privada, as práticas e técnicas, os diversos dispositivos de poder, as distintas máquinas sociais, seu modo de funcionamento e engendramento que fortalecem e moldam condutas, desejos e paixões. Ainda, para este autor, a subjetivação consiste então nos efeitos de composição e recomposição de forças, práticas e relações que operam e transformam o ser humano em diferentes formas de sujeito, “em agenciamentos heterogêneos de corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições [...] em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles” (Rose, 2001b, p.143).

Retomando a ideia das tecnologias do eu ou de estetização, é a partir de 1982, quando Foucault profere o curso “A hermenêutica do sujeito” no *Collège de France*, que passa a privilegiar o tema das práticas de si, das técnicas de subjetivação, do vínculo histórico da subjetividade à verdade. Faz uma ressignificação do sujeito denunciado durante toda a sua trajetória filosófica. Ressalta que o sujeito das técnicas de si, das artes da existência é um eu ético, mais do que um sujeito ideal de conhecimento (Gros, 2008).

Gros (2008) afirma que o sujeito, nesse momento para Foucault, deve ser “compreendido como transformável, modificável: é um sujeito que se constrói, que se dá regras de existência e conduta, que se forma através dos exercícios, das práticas, das técnicas, etc.” (2008, p.128). Mais do que entender o si das práticas do sujeito, Foucault assinala a necessidade de compreender a “relação consigo”. Para ele, a subjetividade não constitui uma substância ou uma determinação transcendental, mas uma questão prática, na qual o sujeito se relaciona consigo próprio para se construir, se elaborar como sujeito de si (Gros, 2008). Foucault marca uma clara distinção na constituição do sujeito moderno nesse momento, pois, no projeto anterior, sua preocupação se dirigia aos modos de subjetivação que estavam atrelados aos regimes de verdade, saber e poder.

Segundo Veyne (2000), produção de subjetividade em Foucault poderia ser compreendida a partir da ideia de estetização como produto e processo de acontecimentos, fatos, situações ou vivências que se singularizam, referindo-se “a transformação de si por si mesmo” (Veyne, 2000, p.65).

A estetização constitui-se um modo de ser próprio cujo produto é a liberdade. Esta noção não é uma conformação imposta por dispositivos ou objetivações do social, mas representam processos de subjetivação livres, modos de criação e eleições individuais que não se impõem por elas mesmas, mas por vontades próprias, singulares (Veyne, 2000).

A construção de uma arte de viver está associada à ampliação do grau de liberdade com que se vive a vida, assim como a produção de estratégias para que se possa estabelecer uma maior reciprocidade e alternância de posicionamento nos jogos de poder

e verdade. Esse é um movimento intrínseco de resistência às formas de dominação, uma vez que evita que as mesmas se tornem rígidas a ponto de bloquear a liberdade transformando-se em “estados de dominação” (Nardi & Silva, 2009, p.144).

Para Nardi e Silva (2009), o conceito de estética em Foucault não está atrelado ao culto à beleza ou ao gozo pela vida, mas à capacidade do homem em deixar-se afetar sensivelmente pelo outro e pelo mundo. Este é o elemento que compõe as práticas de estetização como um modo de reflexão da liberdade. Para estes autores, o desenvolvimento de uma estética da existência foucaultiana consiste na possibilidade de as pessoas poderem gozar livremente de suas liberdades, atualizando os processos de subjetivação ao construir a própria experiência.

É, portanto, a partir da experiência estética da subjetivação, em Foucault, que pretendemos pensar como jovens, que vivenciam cotidianamente processos de vulnerabilidade e violência, produzem subjetividades livres, inventando novos modos de ser e viver no mundo.

## Considerações finais

Que sujeitos jovens se constituem na contemporaneidade que não aqueles ditados pelos manuais de Psicologia como naturalizados, essencializados, normalizados e disciplinados? Como a juventude, particularmente aquela que habita espaços de vulnerabilidade e violências, deve ser pensada?

Quais subjetividades vêm sendo produzidas hegemonicamente como técnicas de governo, de tutela sobre suas vidas [*dos jovens*]? Quais têm sido construídas para determinados segmentos, como os marginais, os desqualificados e os inferiores? Ao compreender e problematizar as forças que nos atravessam e nos constituem enquanto pessoas, como é possível pensar a gestão das vidas, particularmente, a de jovens? (Nascimento & Coimbra, 2010, p.42).

A resposta para tais indagações poderia ser efetuada pela via da resistência ao produzir “modos éticos e criativos de estar no mundo” como afirmam Nascimento e Coimbra (2010, p.47).

É preciso entender a resistência juvenil não como um modo de luta contra os poderes dominantes ou a determinadas maneiras de normalização vigentes, mas segundo “outra forma de (re)existir, como afirmação de processos inéditos de vida” (Nascimento & Coimbra, 2010, p.48).

Uma chave de leitura para a compreensão da juventude e seus modos de subjetivação em meio à violência é desnaturalizar a carga ideológica que a constitui. É necessário desmistificar tal carga que reveste de sentido comum os jovens e a violência, reificando-os como fruto de processos históricos e sociais. Feixa e Ferrándiz (2005, p.12), revelam que “desnaturalizar a violência juvenil supõe (re)politizar (ressituar nas lutas pelo poder) a violência exercida e padecida pelos jovens e (a)culturar (ressituar nas lutas pelo significado) os códigos compartilhados que a inspiram”.

Há necessidade de se considerar a juventude e seus modos de ser e estar no mundo não por meio de ações fragmentadas que fogem aos padrões tidos como organizados ou como condutas impulsivas, antissociais e até perigosas, mas como modos de objetivar subjetivações singulares e coletivas por outra via, talvez pela forma da estetização (Veyne, 2000).

A juventude, ao ser concebida e compreendida esteticamente, cria e inventa outras práticas de vida, resistindo às padronizações, modelizações, patologizações e criminalizações, escapando à lógica do capital. Nascimento e Coimbra (2010) esclarecem que:

Alguns movimentos de resistência dos jovens produzem, de maneira indubitável, revoluções moleculares, ou seja, forjam mudanças micropolíticas em seus atores e nos cenários onde atuam, afirmam e apontam para novos caminhos e invenções. Em outras palavras, diferentes experiências empreendidas pela juventude em seu cotidiano configuram práticas de resistência, expressas por meio da música e de outras artes, de micro-organizações coletivas e



de redes de solidariedade que escapam aos simples assistencialismo tão em voga no mundo contemporâneo (2010, p.48).

Tomando os movimentos de resistência juvenil como produção de subjetividades, como verdadeiras revoluções moleculares, alguns jovens apontam caminhos para driblar as condições sociais em que se encontram. Movimentos juvenis que surgiram ao redor do mundo – *anarco-punks*, *hippies*, *funks*, *movimento hip hop* – buscam espaços de identificação questionando um estilo plástico, de massiva reprodução e “modelização” da própria subjetividade na contemporaneidade (Arce, 1999).

São dos encontros da “galera” e das irrupções das expressões culturais juvenis que é preciso pensar alternativas de resistência, modos de se criar e se (re)inventar, quais sejam, romper com o que já existe, afirmar outras lógicas, produzir novas realidades.

Estas reflexões constituem o fio condutor que alimenta ideias, noções e problematizações acerca da produção dos modos de subjetivação em jovens populares urbanos os quais, diante de contextos marcados pela violência, desigualdades e vulnerabilidades, criam ou inventam outras formas de viver, resistindo às invisibilidades do cotidiano.

As leituras e discussões realizadas neste ensaio, a partir da noção de sujeito empreendida por Michel Foucault, nos oferecem pistas para a construção de reflexões e outros entendimentos a fim de se elaborar a noção do sujeito-jovem que se deseja afirmar na contemporaneidade.

## Referências bibliográficas

- Abramovay, M. (et. al.) (2004). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Arce, J. M. V. (1999). *Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Bernardes, L. H. G. (2007). *Subjetividade: um objeto para uma psicologia comprometida com o social*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Brasil (2001/2002). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD/IBGE*. Rio de Janeiro. Acessado em Fevereiro de 2009, site: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Castro, E. (2009). *Vocabulário em Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Diógenes, G. (2008). *Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. 2ª Ed. São Paulo: AnnaBlume.

Galheigo, S. M. & Takeiti, B. T. (2008). A Violência no Cotidiano: o que os imaginários e as vivências dos jovens têm a nos dizer? *Anais do XX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva*, ABRASCO, Salvador, BA.

Feixa, F. & Ferrándiz, C. (2005). *Jóvenes sin tregua: Culturas u políticas de la violencia*. Espanha: Antropos Editorial.

Fernández, A. M. (2006). Prólogo. In: Fernández, A. M. *Política y Subjetividad: asambleas barriales y fabricas recuperadas*. 1ª. Edição. Buenos Aires: Tinta Limón.

Fonseca, M. A. (2007). *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. São Paulo: EDUC.

Foucault, M. (1982). O Sujeito e o Poder, In: Dreyfus, H. L. & Rabinow, P. *Michel Foucault, uma Trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_. (2004). *Ditos e Escritos, IV – Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Minayo, M. C. de S. (et. al.) (1999). *Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Nascimento, M. L. do & Coimbra, C. M. B. (2010). Juventude Normatizada, Moralizada e Violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos, In: Boucayuva, H. & Nunes, S. A. (org.) *Juventudes, Subjetivações e Violências*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Revel, J. (2005). *Foucault: Conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.
- Rose, N. (2001a). Como se deve fazer a história do eu? *Revista Educação & Realidade*, 26 (1), 33-57.
- Rose, N. (2001b). Inventando nossos eus. In: Silva, T. T. da. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Serrano, J. F. (2005). La cotidianidad del exceso: Representaciones de la violencia entre jóvenes colombianos, In: Feixa, F. & Ferrándiz, C. *Jóvenes sin tregua: Culturas u políticas de la violencia*. Espanha: Antropos Editorial.
- Spósito, M. P. (2009). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum
- Takeiti, B. A. (2000). *O Contar e o Repensar a própria história – uma metodologia de investigação e intervenção*. Monografia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Takeiti, B. A. (2003). *O Adolescente e a Violência – uma análise da configuração de sentidos do adolescente sobre o fenômeno da violência*. Dissertação de Mestrado. Programa Pós-Graduado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Veyne, P. (2000). *El Infrecuente Michel Foucault: Renovación del pensamiento crítico*. Espanha: Letra Viva.
- Vicentin, M. C. G. (2005). *A Vida em Rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: HUCITEC.